



Anais da Assembléia

N.º 08

CURITIBA, SEGUNDA FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 4ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Francisco Escorsin.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanuso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Gabriel Sampaio (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há ata, nem expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 362/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 445/76, Mensagem número 147/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle à erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de TERRA ROXA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCI, C.F., e COPTC., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 8, terça-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 362/76.

Levanta-se a Sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Dácio Leonel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanuso,

so, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, com a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, solicito que seja retificado na Ata, o nome Porto São João, que consta Porto Ubá. É um projeto que eu apresentei denominando a ponte do Porto São João, Aparecido Bezerra Guedes e, consta aí, Porto Ubá.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência determinará que se faça constar na Ata da presente sessão, a sugestão de V. Exa. Todavia, a Ata está assim redigida — do Sr. Gilberto Carvalho, denominando Aparecido Bezerra Guedes, a ponte construída sobre o rio, na localidade do Porto Ubá, para que se leia Porto São João.

Continua em discussão. **Aprovada a Ata.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra em passar às mãos de Vossa Excelência, a relação dos Senhores Deputados que passarão a compor a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa, como vice-líder:

Deputado Nilso Sguarezi

Deputado Enéas Faria

Deputado Adalberto Daros

Deputado Otássio Pereira

Deputado Valter Pietrângelo

Deputado Fidelcino Tolentino.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 27/02/77, do Senhor Giordano Dal Bianco. Contava com 85 anos e residia a 20 anos na cidade de Santo Antônio da Platina e era figura de destaque.

Tal passamento consternou a sociedade daquela comuna, tendo em vista a grande estima e respeito que o extinto angariou durante a sua vida, quer pública, quer familiar.

Requer, outrossim, que do pronunciamento, desta Casa se dê ciência à família enlutada na pessoa do Sr. Tadeu Ávila

Bueno.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos Trabalhos de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 03/03/77, do Senhor Maurílio Ribeiro Freire. O mesmo era sogro do Sr. João Juventino (ex-prefeito) e era figura de destaque na cidade de Jaboti.

Tal passamento consternou a sociedade daquela comuna, tendo em vista a grande estima e respeito que o extinto angariou durante a sua vida, quer pública, quer familiar.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada e à Câmara de Vereadores de Jaboti.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do menor RODRIGO RIZENTAL RODRIGUES, filho do Sr. Valdemar Rodrigues de Carvalho e Sra. Simone Rodrigues.

O extinto que veio a falecer após longa enfermidade, com apenas 3 anos de idade, em data de ontem, nesta Capital, era sobrinho do nosso colega Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho.

Outrossim, após aprovação deste requerimento, solicito seja dado conhecimento do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCÍ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que se registre na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao Senhor WILSON BÁGGIO, pela reeleição para a Junta Consultiva do I.B.C.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao ilustre agricultor de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido voto de congratulações à emérita Professora Zélia Milleo Pavão, pela sua merecida recondução à direção do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente manifestando a solidariedade deste Poder Legislativo, representando o povo paranaense, a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, à posição que vem de ser tomada pelo Governo Brasileiro, referente à recusa da ajuda militar norte-americana, vinculada a averiguações da situação interna de nosso País no campo dos direitos Humanos.

Tal recusa mais uma vez vem de demonstrar o posicionamento independente e soberbo da nação brasileira frente a ingerências expúrias em assuntos internos, e caracterizar a tradição do nosso povo, bem como

ao do rumo que vem sendo traçado pelos seus dignos dirigentes aos destinos do Brasil na sua caminhada frente às demais nações.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Valter Pietrângelo, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente à Presidência da ACAMPAR, expressando cumprimentos pelo desenvolvimento de profícuas realizações em prol do municipalismo paranaense.

Requer também, seja inserido em Ata, voto de congratulações pelo espírito realmente democrático que norteia o funcionamento da entidade do Estado, patenteado pela presença constante e ativa de membros filiados aos dois partidos políticos existentes — ARENA e MDB.

Solicita ainda o Parlamentar proponente, a anexação de cópia de pronunciamento de sua autoria, proferido em data de hoje, nesta Casa, onde aborda tema de interesse municipalista.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, o artigo publicado na "Gazeta do Povo", de hoje, sob o título: "Em um mês, Des. ARIEL AMARAL já modificou o panorama judiciário", retratando as intensas atividades que vêm sendo desenvolvidas pelo Chefe do Poder Judiciário, visando a efetiva execução do novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, remetendo-se cópia do presente aos Exmos. Srs. Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça, Secretário de Estado da Justiça, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, Presidente da Associação dos Magistrados e à Direção da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

No início de fevereiro, os Desembargadores Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Marino Bueno Brandão Braga, Miguel Thomaz Pessoa e Zeferino Mozatto Krukoski assumiram, respectivamente, a Presidência, 1ª Vice-Presidência, 2ª Vice-Presidência e Corregedoria Geral de Justiça, para os quais foram eleitos para o biênio 1977-1978.

O início dos trabalhos que os novos dirigentes do Judiciário vêm exercendo à frente daquele Poder está perfeitamente retratado no artigo em tela.

Para que o Poder Judiciário possa alcançar o seu objetivo de aperfeiçoar e disciplinar o funcionamento de Justiça, é necessária a colaboração dos demais Poderes.

Atrás destas primeiras iniciativas, certamente virão outras que dependerão da aprovação de Projetos de Leis, pois, os novos Cartórios não poderão funcionar a contento sem a admissão de novos servidores, e o mesmo deverá ocorrer em relação à Secretaria do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Da mesma forma, haverá necessidade de se ampliar a capacidade das instalações de que se serve o Poder Judiciário nesta Capital, para vermos concretizados os planos contidos na Resolução Normativa número 1/75, para possibilitar melhor atendimento à crescente demanda de litígios que aqui se verifica.

Prestigiando, enfim, a dinamização administrativa que se verifica no Tribunal de Justiça para enfrentar o processo de saturação judiciária, estaremos contribuindo para a solução desse relevante problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao

Exmo. Sr. Secretário de Transportes, atendendo solicitação dos Prefeitos da CONCAM, para que determine ao Chefe do Distrito Rodoviário de Campo Mourão, que proceda uma melhoria, mandando patrolar a Rodovia da Hortelã (Engenheiro Beltrão - Quinta do Sol - Fênix e Barbosa Ferraz), que se encontram em mau estado de conservação devido ao excesso de chuvas na região e, causando enormes prejuízos aos lavradores no escoamento de suas safras.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, tendo tomado conhecimento de que Colégios de 1º e 2º Grau, da rede de ensino particular e oficial do Estado, em flagrante desrespeito à Resolução do Conselho Federal de Educação, vem cobrando taxas e efetuando vendas de apostilas para estudantes, requer uma vez ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e da Cultura, a fotocópia anexa, sobre deliberação do Conselho Federal de Educação, solicitando que sejam tomadas as medidas necessárias para sanar tais irregularidades.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Valter Pietrângelo, que ao final assina, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Francisco Scalco, presidente do Diretório Regional do MDB, propondo ao mesmo que sejam efetuadas gestões no sentido de criação de entidade de representação e coordenação das prefeituras de municípios paranaenses, cujos titulares foram eleitos pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB, com automática desvinculação da atual Associação dos Municípios do Paraná - AMP, com sede nesta cidade de Curitiba.

O Parlamentar proponente requer ainda, seja anexado ao expediente a ser enviado, cópia de pronunciamento proferido na data de hoje, 7 de março de 1977, no qual foi abordado o motivo do presente requerimento, consubstanciado em movimentação de mentores da AMP que visa o alijamento de prefeitos emedebistas, do quadro do Conselho Deliberativo e conseqüentemente da Diretoria Executiva da citada entidade.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 09/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, a Vila das Crianças João XXIII, com sede na cidade de Joaquim Távora, município do mesmo nome.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A Vila das Crianças João XXIII, com sede na cidade de Joaquim Távora, tem como finalidade amparar as crianças órfãs, com alimentação, educação.

A documentação inclusa comprova a personalidade jurídica.

É uma obra de amplo aspecto social, abrigando mais de 40 crianças, educando-as em regime de internato.

Considerando uma medida justa, a aprovação do projeto em pauta.

PROJETO DE LEI NÚMERO 10/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar dos Velhinhos de Ubiratã, com sede na cidade de Ubiratã.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Lar dos Velhinhos de Ubiratã, da cidade do mesmo nome, é uma associação civil, de assistência e promoção social, gratuitos e constitui uma obra unida à Sociedade de São Vicente de Paula de Campo Mourão - Paraná, tendo como única finalidade, abrigar o velho desamparado graciosamente; sendo justo portanto, o seu reconhecimento de utilidade pública; para o que espero a acolhida dos nobres pares por ser de justiça.

Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais já divulgam a agradável notícia de que S. Exa. o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, em Porto Alegre, teria manifestado a disposição do Governo de, a título de incentivo, ao comprar o trigo, pagar mais 60 cruzeiros por saca, importância essa que, após dois anos, seria restituída pelo produtor SEM JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

Nossas palavras, aqui pronunciadas no último dia 2, sobre o preço fixado para o trigo, tiveram ressonância acima do que esperávamos, embora estivéssemos ocupando, como hoje, a mais destacada tribuna política do Paraná. Vemos pois que, se de um lado o que pleiteamos nesta Assembléia é um anseio justo dos lavradores, de outro notamos com satisfação a rapidez com que o Governo Federal se sensibilizou com apelo dos homens da agricultura, o que nos traz a confiança de melhores preços e que não haja realmente redução de áreas de plantio, mas ao contrário, ocorra aumento dessas áreas. Há poucos dias o Paraná teve mais uma vez a honra de receber a visita de S. Exa. o Sr. Presidente Geisel e sua destacada comitiva, para presidir a solenidade de inauguração dos armazéns graneleiros da Cotriguaçu, cuja capacidade extraordinária permite carregar diariamente um vapor com capacidade de 30 mil toneladas de grãos.

É uma grande realização que honra o Paraná e a capacidade de trabalho de nossa gente, trazendo a certeza que o Porto de Paranaguá continua sendo o pulmão de cimento e de aço por onde o Brasil e mesmo o País vizinho, Paraguai, respiram sua economia escoando e importando bens, que são riquezas.

Também somos informados de que nas bases regionais da Cotriguaçu há investimentos que excedem a importância de 500 milhões de cruzeiros, nas várias cooperativas associadas. Com financiamentos pelo Banco do Desenvolvimento do Estado do Paraná, o BADEP, que repassou recursos do BACEN/BIRD, no montante de Cr\$ 113.000.000,00, a COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE MARINGÁ LTDA, - a COCAMAR - vem de iniciar a implantação de uma unidade de processamento de óleo vegetal, com capacidade diária de 1.200 toneladas, num montante de custo de Cr\$ 150.000.000,00. São pois, imensas verbas aplicadas, Srs. Deputados, tanto na melhoria de produção, no escoamento e na industrialização da soja.

É o Paraná atendendo à mobilização para o aumento de sua já destacada produção agrícola.

É o Paraná desejoso, mais uma vez, de ser parte destacada no total da exportação brasileira.

Entretanto, já paira uma nova ameaça na produção de soja, devido à seca prolongada, e que já se estima na ordem de 20 a 30 por cento. A queda de produção é inevitável, porque a estiagem persiste. Só na colheita é que se terá conhecimento real da produção, em vista da anormalidade de ser apresentada pelos grãos, com menor quantidade de óleo.

Como no caso do trigo, é imperioso e urgente um preço justo para a soja. Daí o nosso apelo para que se apure qual o prejuízo ocasionado pela seca, e que se estabeleça preços capazes de levarem ao agricultor brasileiro, uma remuneração justa, para que faça jus de ser, o Paraná, o grande celeiro do Brasil. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

© SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornalista Carlos Chagas, atualmente diretor da sucursal do jornal "O Estado de São Paulo", em Brasília, relata que em 1968, como secretário de imprensa do Presidente da República, por ocasião da edição do Ato Institucional número 05, quando todo o Ministério se pronunciava a favor da medida uma vez se insurgia: A do Vice-Presidente, Pedro Aleixo. O ilustre político mineiro não concordava com o excesso de Poder que iria como de fato ocorreu — se transferir ao Chefe do Executivo Nacional, e, durante as discussões, o Sr. Ministro da Justiça colocou ao contestador a seguinte observação: "V. Exa., sabe perfeitamente que a aplicação do Ato é de competência exclusiva do Presidente da República, Marechal Costa e Silva, cujas qualidades de honestidade, inteligência e cultura representam total garantia à sua aplicabilidade e dispensam qualquer preocupação".

Ao que o Vice-Presidente Pedro Aleixo retrucou: "Me preocupa a aplicação do AI-5 pelas autoridades de quartelão".

A advertência de Pedro Aleixo configurou-se em muitas oportunidades, e, recentemente — dia 01 de fevereiro — no município de Agudos do Sul, a 60 quilômetros da Capital do Estado, no momento em que se elegia a Comissão Executiva da Câmara de Vereadores. Duas chapas concorriam aos postos: a do MDB cuja bancada é a majoritária, composta por cinco vereadores e a ARENA — que possui quatro vereadores — um dos quais ausente na referida sessão. Iniciado o processo de votação constatou-se cinco votos para a chapa do MDB e de três para a da ARENA. Porém, surpreendentemente, o vereador que ocupava a presidência, simplesmente anulou os votos atribuídos ao MDB, alegando, mais tarde, que o AI-5 exigia um "X" na cédula. Ai, os cinco Vereadores do MDB protestaram, quando, por outras armas que não as do diálogo e as da democracia, foram compelidos juntamente com observador que havíamos enviado para assistir a cerimônia — a abandonar o recinto, o último rapidamente retornando a Curitiba. No dia seguinte, isto é, dia 02 de fevereiro, foi solicitado por ofício cópia da ata da referida eleição, nula de pleno direito por descumprir o determinado pela Lei Orgânica dos Municípios e, até agora, apesar de ratificação do pedido, o documento não foi fornecido. Inquirido das razões da demora, limitou-se a autoridade a dizer: "Não posso responder porque foi negada a certidão. Se vocês quiserem entrem com um requerimento perguntando porque os outros requerimentos foram indeferidos, pagos os emolumentos".

Pedro Aleixo estava com a razão.

Transmito o fato, sem outros comentários, ao Plenário desta Casa, informando, outrossim, que o remédio judicial — mandado de segurança — foi impetrado na Comarca de São José dos Pinhais, com o objetivo de se restabelecer a ordem e a justiça em Agudos do Sul.

Pois, felizmente para estes casos, existe a justiça que tem força para coibir "Aos — cinco" de autoridades de quartelão". — (Sem revisão do orador).

O PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos aqui na tribuna para agradecer novamente a S. Exa. o Sr. Secretário de Transportes, S. Exa. o Sr. Diretor Técnico, Dr. Tancredo Bengue, que estão asfaltando, conforme meta do Governo Canet Jr., a estrada Joaquim Távora, Carlópolis e Porto Emeridão. Esta é mais uma conquista para aquele povo sofrido da região do Norte Pioneiro, a região que foi sempre o celeiro, sempre foi onde os pioneiros desbravaram o Norte Novo, Novíssimo, vindo brasileiros de todos os Estados vizinhos, como do nordeste, para este Paraná, onde a riqueza é a esperança do Brasil.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos deixar de agradecer pela rapidez, pelo dinamismo de S. Exa. o Sr. Jayme Canet Júnior, em todos os setores e, principalmente, no setor da pasta da Secretaria dos Transportes, representada pelo Dr. Osiris Stenghel Guimarães e também ao dinamismo do Diretor Dr. Tancredo Bengue, homens voltados exclusivamente para o Paraná, procurando traduzir a vontade férrea do Governo Canet Jr., e dotar principalmente a região agrícola para o corredor de exportação que é o grande Porto de Paranaguá, porque a nossa cidade de Joaquim Távora, beneficiada por esta estrada há de ser ligada até a PR-11, Parigot de Souza, onde passará

o asfalto, até beneficiando uma grande região de moradores da Avenida Paraná. Isto, Sr. Presidente, isto, Srs. Deputados, e isto Paraná, é um Governo voltado exclusivamente para aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

E é por isso que temos fé neste Governo, e até o término de seu mandato haveremos de ver, apesar das crises propaladas, o nosso Paraná asfaltado com esta fita negra de norte a sul e de sul a oeste. E, havermos de dizer, como sempre, "muito obrigado Governo Canet", por estar cumprindo com a obrigação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, quarto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me move a esta tribuna são dois fatores relevantes. Primeiro, um que diz respeito ao Poder Judiciário, que através da sua doura e digna Presidência tem se manifestado de uma forma dinâmica na execução e na consecução dos serviços ditados pelo Código de Divisão e Organização Judiciária. Requeiro e encaminho à Mesa que seja registrado nos Anais desta Casa o artigo publicado pela "Gazeta da Justiça", de hoje, sob o título: "Em um mês o Desembargador Ariel do Amaral já modificou o panorama judiciário, retratando as intensas atividades que vêm sendo desenvolvidas pelo Chefe do Poder Judiciário visando a efetiva execução do novo Código de Organização e Divisão Judiciária do Paraná".

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os jornais de domingo deram conhecimento público da Mensagem que teria sido enviada a esta Assembléia, relativamente ao aumento do funcionalismo. E com toda a geometria, e com toda a matemática e com todas as contas que se fez e que estão sendo feitas pelos tecnoburocratas, desde 1976, não se chegou a concretizar aquilo que o Governo vinha anunciando, que o aumento seria o maior aumento concedido e, este aumento em alguns casos não chegou a 30 por cento. Foi o caso do nível 24, entre outros, da Tabela de Vencimentos, em que faltaram setenta centavos. Mas a verdade é que faltaram setenta centavos para completar os 30 por cento que desejariam os tecnocratas do Governo. Efetivamente o que se fez foi buscar uma fórmula para o desencavalamento dos vencimentos funcionais que se tem falado desde meados do ano passado.

E os níveis 14 a 30 não chegaram a satisfazer a ansiedade da classe. E a concessão deste aumento só teve um aspecto positivo. É de buscar, em tese uma quase equiparação de vencimentos de todos os Poderes. Mas o aspecto negativo ao lado destes quase 30 por cento e às vezes um pouquinho mais de 30 por cento é que marginalizou a pretensão daqueles que estão acima do nível 14 até o nível 30.

Por exemplo, de 14 a 30 do Legislativo e Judiciário e de 17 a 30 do Executivo, ficaram sacrificados os chamados níveis universitários.

Por outro lado, até o apreciação do encaminhamento da Mensagem, embora retardatária, teve um erro no nível 30, da Tabela IV, onde consta 4.493, ao invés de 4.943. Um pequeno lapso da burocracia.

E estamos já entrando em contato telefônico para a devida correção.

E sugerimos que o pessoal de nível universitário, seja complementado, ou melhor, que o governo estabeleça um critério de justiça, para não haver mais evasão dos homens de capacidade, que estão ajudando, que estão se somando, nesta tarefa incrível de levar a máquina administrativa do governo, para ter uma justa retribuição dos seus trabalhos.

E a solução seria aumentar efetivamente, mais 10 por cento desta mensagem que não satisfaz.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A mesa comunica a V. Exa. que o tempo que lhe era reservado está esgotado. E concede um minuto para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Já concluirei.

Outra solução, que deveria ser implantada: a reestruturação imediata do pessoal universitário, de assessoramento superior, situando-se fora dos 30 níveis de vencimentos, com base compatível com o diploma, com a cultura e com o grau de intelectualidade, que devem pelo menos em tese ter, esses, de formação superior.

A área federal, já tem uma melhoria neste campo. E os 50 por cento de que fala a mensagem para os comissionados em função gratificada, pelo menos intencionalmente, pelo menos, subjetivamente, acredito eu, pela interpretação, seriam para o melhoramento do nível de

assessoramento superior. O que no entanto, não vem conferir justiça, para o pessoal de nível superior. Que muitos não foram alcançados porque não têm função gratificada e porque não são comissionados.

É lamentável, que muitos que possuem curso superior ganhem de 3.500 a 4.500 cruzeiros por mês; é lamentável que o governo ao proparar que fez um aumento de vencimentos, em alguns casos não tenha chegado a 30 por cento, enquanto o funcionalismo municipal chegou a 38 por cento, contrariando a filosofia expansionista do Governo do Estado, que tem atribuído à imprensa, pelo menos, a informação de que o Paraná, receberia níveis muito superiores àqueles desejados. É lamentável, que se venha a esta tribuna para, em nome daqueles que mais servem o Paraná e que servem ao Governo, reclamar a injustiça que o próprio Governo com eles comete.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, quinto orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana que passou, Londrina foi colhida assim de surpresa, por uma notícia meio esquisita. É que em favelas existentes em Londrina teriam sido demolidos barracos. E quando um barraco de uma favela é derrubado, a consequência é natural. É um favelado que está desabrigoado, desamparado, e sofrido.

Mas, o pior da história, é que as notícias que vieram a seguir, informavam que a obra havia sido dos Srs. funcionários da Prefeitura Municipal de Londrina.

Na verdade acompanhamos o acontecimento; mantivemo-nos em silêncio, aguardando, no decurso dos dias, as medidas que devessem ser tomadas, para que não houvesse um apressamento em se dizer que lá, onde o MDB fez a Prefeitura através de um moço que sempre disse identificar-se com a classe mais sofrida, isto pudesse representar uma atitude mais agressiva deste parlamentar.

E até que enfim, no sábado, pudemos deparar com as manchetes da "Folha de Londrina". Uma delas anunciando que "Belinati foi ver a situação da favela". Outra, que "Belinati, na favela".

Numa delas, o Sr. Prefeito, numa foto inclusive, trazendo no colo uma criancinha, um dos filhos de favelado.

Mas o importante é a solução do problema. Aqui diz, nesta reportagem, publicada no jornal "A Folha de Londrina", que o Prefeito foi à favela do Jardim "Interlagos", onde dias atrás, funcionários da Prefeitura demoliram barracos, segundo eles, vazios; mas outros estariam habitados e gente teria ficado ao desabrigo. Por isso que o Prefeito foi ao local para saber a verdade e dar satisfação, abrindo uma comissão de sindicância, para examinar o caso.

Por esta razão, entendendo ter sido constituída uma comissão de sindicância e na expectativa de que venham os fatos a ser publicados com o mesmo destaque da presença do Sr. Prefeito na favela, é que pretendo, tão somente, fazer este registro da tribuna, para que nos asseguremos o direito de aqui voltar, para dar conhecimento das medidas que vierem a ser tomadas naquela cidade, que representamos nesta Casa Legislativa.

Era apenas o registro, sem que procuremos, do acontecimento, fazer qualquer escada demagógica desta tribuna parlamentar.

Apenas isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a honra de anunciar a presença neste Plenário de SS. Exmas. os Sr. Deputado Federal Álvaro Dias, Vice-Líder do MDB na Câmara Federal e o do Sr. Deputado da Aliança Renovadora Nacional, Agostinho Rodrigues.

Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Colônia de Witmarsun engalanou-se especialmente nos dias 4, 5, 6 transato, ao comemorar o jubileu de prata de sua fundação.

O ponto altô das festividades, como já é do conhecimento da Casa, foi a presença de S. Exa. o Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, acompanhado da Primeira Dama, Sra. Lucy Geisel; dos Ministros Ney Braga e Alysson Paulinelli; do Chefe da Casa Militar, General Abreu; do Governador do Estado, Jayme Canet Júnior e de outras autoridades federais, e estaduais.

S. Excia. o Sr. Presidente da República, após ouvir as saudações apresentadas pelo Presidente da Cooperativa e pelo Governador do Estado do Paraná, dirigiu uma Mensagem congratulatória enaltecendo o esforço que se faz em nosso Estado, para o progresso pátrio.

Depois de significativo desfile em que se destacaram os pioneiros da Colônia, e o descerramento de placa alusiva ao acontecimento, foi inaugurada uma usina de pasteurização de leite, com capacidade de recepção e processamento de 100 mil litros diários.

Mas não somente o leite se obtém pela operosidade dos integrantes daquela colônia. Desde 1951 — quando se estabeleceram no Paraná, os imigrantes menonitas da Rússia, porém de origem alemã, após 20 anos de atividades em Ibirama, Estado de Santa Catarina — Witmarsun produz frangos de corte, laticínios, cereais, especialmente soja — plantada hoje, em 2 mil e 500 hectares, onde a terra era julgada improdutiva.

Atualmente, 160 famílias ali estão desenvolvendo suas atividades, dando uma viva contribuição para que o município de Palmeira, o Estado do Paraná, e o Brasil, possam alcançar as posições que realmente merecem nos cenários estadual, federal e mundial.

Assim, Sr. Presidente, queremos, desta tribuna, dizer da nossa admiração àquele pugilo de homens dedicados que, embora as dificuldades que se apresentaram, notadamente nos primeiros tempos, souberam conservar sua fé inabalável, e, hoje, servem de exemplo a outras comunidades.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa de nosso Estado, principalmente os jornais de Assis Chateaubriand, nos últimos dias, dedicaram páginas inteiras a tecerem comentários sobre a disputa da gleba Tapussi, com 103 alqueires e que, segundo os comentários, esses problemas estavam envolvendo posseiros e jagunços.

(Lendo): "O município de Assis Chateaubriand é um dos que experimentam maior índice de desenvolvimento do Estado. Seu povo trabalhador se lança com grande dinamismo às atividades produtivas, sabendo que de suas forças é que brota o desenvolvimento da região e do País.

Esse povo, descendente de pioneiros e desbravadores, não acredita no que dizem as oligarquias autoritárias e seus arautos políticos: que a bondade e a capacidade de governadores, ministros e príncipes é que alimentam o progresso dos municípios brasileiros.

Os assisenses compreendem muito bem que os municípios brasileiros alimentam os Estados e a União. E suportam, embora com protestos, o tipo de política que aí está, querendo fazer de todo brasileiro um dependente do grupo do Governo, de cada município um tutelado pelo Estado.

Ao contrário do apregoado, é o arrocho tributário e a amputação da autonomia municipal que permitem a aplicação ruinosa dos grandes recursos do País, em obras que — se necessárias e prioritárias — não por demais custosas e constituem o caminho fácil da capitalização às custas do sacrifício do povo.

O povo de Assis Chateaubriand não pretende ser o único capaz e politizado, mas com toda certeza tem lições a dar, pois no curto período de sua existência como município, a extrair lições preciosas das relações entre o trabalho e a política.

Seu difícil período de pioneirismo, em que a ausência de lei e ordem não lhe poderia ser tributada e sim aos grupos que fizeram a história negra do Paraná e ainda subsistem na forma política, deixou importantes lições.

Os grilos, o jaguncismo já estavam deixando a memória viva do povo, entregue aos afazeres diários, confiança na administração municipal e também no novo delegado de polícia.

Mas, Srs. Deputados:

Deus põe e o Diabo dispõe. Este período de vida social de Assis Chateaubriand, de grande tranquilidade pública, foi perturbado por dois

dois acontecimentos interligados: o retorno do jaguncismo à gleba Tupáss e a atoarda sobre a questão acima e afora os limites de resolver pelos meios legais a intrusão ou a grilagem das terras.

E fica mais uma vez provado, que as causas de perturbação social e política, não tem no povo diretamente a sua fonte.

Fica demonstrado, mais uma vez, que a resposta do povo àsprovações, ataques, frustrações de direitos, ou mesmo ao arrepio da Lei, tem na Lei e na sua aplicação o estímulo à radicalização. Em toda parte se repete o fenômeno da transgressão e da violenta resposta e sua repressão indiscriminada.

O uso social da terra não chegou ao Brasil subdesenvolvido. Nos últimos anos da década de 50 vimos que a questão aflorou em todo o País e, até contribuiu para que surgisse uma filosofia de defesa do latifúndio improdutivo, do grilo com artifícios de cartório, com despesas de advogado, com a cobertura do que chamamos aparato legal.

Mas a filosofia de não tocar no sacrossanto direito das sesmarias com "representatividade social", não poderia ser apresentada sem sofismas: criaram o INDA e o IBRA, de perversa memória, depois substituídos pelo INCRA, de ofensiva presença à civilização moderna.

É um caso como da gleba Uupáss que se comprova a inoperância e a filosofia do INCRA: basta que grupos ou pessoas poderosas estejam litigando, para que se retardem as providências legais necessárias. Basta que seja apenas o povo reivindicar os seus direitos, para que se faça presente a requisição de força, à repressão. Este tem sido o exemplo das autoridades maiores do Amazonas, Pará, Mato Grosso ou Paraná.

A imagem do povo ordeiro e trabalhador de Assis Chateaubriand está sendo turvada pelos métodos tradicionais de grilagem: o jaguncismo, com ameaças de despejo fora da Lei..

Os 103 alqueires em disputa na gleba Tupáss são lindeiros com a área urbana da cidade e, a cidade não pode deixar de refletir seu protesto contra o jaguncismo. Mas também não pode deixar de protestar contra a tentativa de fazer crer que a desordem do "Velho Oeste" voltou ao território.

O novo Prefeito de Assis Chateaubriand, Koite Dodo, e o delegado de polícia Orlando Pires, estão seriamente empenhados em suas obrigações, com o apoio da população local. Nenhuma restrição pode ser feita ao empenho daquelas autoridades em suas funções.

Todas as providências cabíveis foram tomadas pelo delgado de polícia local, que tem unanimidade do apoio da população por sua atitude correta, embora a abertura do inquérito pelas ameaças dos jagunços na gleba Tupáss tenha desagradado a um grupo de pessoas.

O povo assisense deseja a tranqüilidade para seu trabalho e confia à ação legal como forma de resolver essa disputa. E Embora se acredite que o INCRA devesse desapropriar aquela área contestada, para integrá-la à produção laboriosa, que espera que a questão seja resolvida nas condições e na instância apropriada.

O que todos desejamos é que se delimie, com pronta rapidez e justiça os caminhos que levam o episódio à pronta solução. E o prefeito e o delegado de polícia de Assis Chateaubriand estão contribuindo com sua parte; o povo da mesma forma. Quem está se omitindo é o INCRA. E quem está gritando que apure a sua voz.

DEPUTADO EDILSON ALENCAR".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) - Concedo a palavra ao Sr.

Deputado Lúcio Machado, lembrando a S. Exa. que tem 17 minutos no Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero render, daqui desta tribuna, meus tributos de homenagem aos fiéis servidores, funcionários desta Casa, que na constância dos 2 anos de mandato que aqui exerço, tenho-os visto todos os dias, no cumprimento de seus deveres funcionais. São eles bem poucos, com relação ao número de funcionários lotados neste Poder. Entretanto,, são eles que me entusiasmam, que me honram e que me dignificam a esta oportunidade de lhes tributar neste momento, a minha homenagem, o meu sentimento de respeito pelo cumprimento do dever sagrado como funcionários deste Estado, como funcionários deste Poder.

Daqui desta tribuna denunciamos, ou melhor dizendo, transferimos denúncia que temos recebido na constância destes dias, e que foi

fatp levado a uma pesquisa para encontrarmos raízes fundamentadas para podermos efetuar esta denúncia: de que, funcionários deste Poder aqui não têm comparecido e aqui não comparecem senão para receber os seus vencimentos e muitas vezes, através de procuradores.

Hoje, dando preliminar início à nossa denúncia daremos entrada, Sr. Presidente, do primeiro requerimento, que justificamos com algumas considerações, e pedimos as primeiras providências por parte da Executiva para que se coíba o abuso que se vem cometendo e, diga-se de passagem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há muitos anos; dissemos "há muitos anos" porque neste período de observações, neste período de busca da verdade, nós passamos as mãos nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado, verificamos muitos e muitos contratos, conhecemos muitos e muitos servidores desta Casa, de nome - porque nestes dois anos aqui não os vimos e em nenhuma oportunidade não sentimos, em nenhum momento, as suas presenças.

Com o devido respeito encaminhamos, nesta oportunidade, requerimento sobre o assunto. (LÊ):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei: Considerando que, as injustiças havidas na distribuição das riquezas deste País vem provocando de forma galopante o empobrecimento generalizado nas mais diversas áreas laboriosas e produtivas da Nação;

Considerando que, as avasões de riquezas provocadas por toda natureza e meios devem ser coibidas de todas as formas e por todos os recursos que a lei permitir, a muito principalmente as evasões provocadas por aqueles que recebem vencimentos sob promessa de prestação de serviços e assim não procedam;

Considerando que, a concessão de privilégios tem sido causa fundamental do empobrecimento nacional, principalmente quando esses privilégios são concedidos pelo poder público em todas as suas áreas;

Considerando que, os expedientes de concessão de privilégios principalmente advindo da área funcional dos governos tem se avantajado nestes últimos 13 anos, sem que medidas punitivas ou corretivas tenham sido tomadas com austeridade e dimensões que o fato requer;

Considerando que, face à proliferação gritante desse malcinado privilégio, as secretarias dos governos mantêm os seus departamentos lotados, suas folhas de pagamentos completas e os departamentos de serviços vazios da presença necessária desses servidores, ocorrendo o que se pode observar de pior, além do prejuízo para o erário, milhares de professoras que se formaram mais de 10 anos aguardam vaga para o ingresso no serviço público e a vaga nunca existe;

Considerando que o imperativo fundamental da democracia esteja-se no Direito e na Justiça, preceitos que não poderão ser distribuídos, feridos ou maculados, sob pena de abuso de poder cometido pelos responsáveis pela boa condução dos negócios públicos;

Considerando que, no programa divisional do consengo administrativo do País, estabeleceu três poderes distintos para exercerem conjunta ou separadamente as atribuições que lhes foram conferidas, no sentido de que injustiças não sejam cometidas a nenhum cidadão brasileiro em benefício de outros;

Considerando que, é função precípua do Poder Legislativo manter vigilante contra os abusos que se possa cometer os demais poderes principalmente em se tratando da concessão de privilégios a alguns em detrimento de outros;

Considerando ainda que, pelo que se verifica através de graves denúncias iniciais, muitos e muitos funcionários deste Poder, se encontram em lugar incerto e não sabido, comparecendo muitas e muitas vezes por ano seguidos, através de procuradores para receberem seus evncimentos - mensais que têm sido creditados religiosamente nas respectivas folhas de pagamentos;

Considerando que tais procedimentos envolve o bom nome deste - Poder representativo do povo, macula a sua precípua finalidade de poder legiferante e fiscalisativo.

R E Q U E R:

Como medida preliminar, com isenção de qualquer apreciação do

douto Plenário, ação urgentíssima da Comissão Executiva constante do seguinte:

- a): Tombamento geral do número de funcionários lotado neste Poder, com relacionamento sucinto e nominal da seguinte forma.
 - I- Nome completo do funcionário.
 - II- Seção em que o mesmo se encontra lotado e função específica que exerce.
 - III- Nível de escala a que pertence e valor mensal do vencimento.
 - IV- Domicílio atual do funcionário, Rua, número, Telefone etc.

b) instalação e funcionamento em prazo não superior a cinco dias a contar desta data, de relógios ponto na portaria e livros de presença em cada departamento de serviços.

c): que se dê conhecimento ao requerente das providências requeridas na letra e do presente expediente.

Termos em que
P. Deferimento.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1.977".

O SR. LÚCIO MACHADO – Este, Sr. Presidente e Srs. Deputados ...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – V. Exa. concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lúcio Machado, com atenção e pela segunda vez nós observamos o seu interesse para as coisas relacionadas à administração da Casa.

Como Superintendente deste Poder devo anunciar a V. Exa., de que o primeiro Secretário já propôs à Mesa Executiva para que todos os funcionários da Assembléia que estão à disposição de outros Poderes sejam recolhidos.

E se caso, V. Exa., a exemplo do que disse por duas vezes, tiver também o apoio da maioria desta Casa, quero antecipar o apoio do primeiro Secretário com relação à devolução de todos os funcionários de outros Poderes que estão à disposição da Assembléia.

Contudo eu garanto e asseguro a V. Exa., que aqueles que estiverem sob a responsabilidade do Superintendente da Casa, haverão de fazer jus ao ordenado que vêm recebendo.

Não me consta, a não ser que V. Exa. no seu pronunciamento adite, os nomes dos funcionários que entende, que venham recebendo vencimentos sem prestar serviços.

Assim, V. Exa. estaria colaborando com a administração da Casa.

Sob pena de que apenas no aceno do fato e não da denúncia do fato concreto, V. Exa. esteja expondo à Casa, uma falsa opinião que o povo passaria a ter.

Nós, preocupados, tanto quanto V. Exa. estamos tomando as primeiras medidas. Contudo solicito nesta tarde, ao nobre Deputado Lúcio Machado, que procure dar o nome das pessoas que porventura, se enquadrem, porque nosso conhecimento até aqui, não é, de que existam funcionários que estejam sob a responsabilidade superior desta Casa, que estejam trabalhando e recebendo seus vencimentos.

A não ser que V. Exa. esteja se referindo àqueles funcionários de outros poderes, que estão à disposição dos Deputados. E este Primeiro Secretário, acredita, que a responsabilidade de cada um dos Srs. Deputados merece fé e crédito do Primeiro Secretário, a ponto de que o trabalho por eles determinado, seja também em benefício do Governo, ao qual, cada deputado representa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) – A Presidência lamenta informar que o tempo do orador, que se encontra na tribuna, está esgotado. Todavia, concede mais dois minutos para concluir.

O SR. LÚCIO MACHADO – Nobre Deputado, Secretário.

Talvez, V. Exa. tenha antecipado neste seu entendimento, que a preocupação não é minha pessoal.

E V. Exa., como os demais integrantes da nova Executiva, responsáveis pela direção e execução dos trabalhos deste Poder, merecem

todo meu respeito, toda minha consideração.

Isto porque, desde o início, tenho previsto que há uma vontade manifesta desta Comissão Executiva, de colocar as coisas no devido lugar.

Entretanto, não deverei, por uma questão de resguardo, para chegar ao objetivo que pretendo chegar, dizer daqui pelo menos nesta oportunidade, alguns nomes que já tenho e que recebem deste Poder e que a ele há muito tempo não vêm prestando serviços.

Acredite, estarei ao lado dos senhores componentes da Executiva deste Poder, para limpar esta imagem que tem dado tantos comentários e às vezes tem denegrido até o trabalho parlamentar, estafante, não só de minha bancada, mas de 54 representantes do povo, que aqui tomam assento.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) – A Presidência consulta ao eminente Deputado Trajano Bastos, se deseja ocupar a tribuna no horário reservado ao MDB.

O SR. TRAJANO BASTOS – Usará da palavra, o Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) – Com a palavra, no horário reservado ao MDB, por indicação da liderança, o Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Sr. Presidente, Senhores Deputados. (Lendo): "O Regime federacionista brasileiro é alicerçado na existência de quase quatro mil municípios que formam os Estados da Nação.

Compreende-se a imperiosidade dessa subdivisão, face a necessidade patenteadas da descentralização do Poder, ante a enorme extensão territorial do Brasil.

Entretanto, reza a Carta Magna de nossa Pátria, para todos os efeitos, a existência do poder autônomo municipal, mas que atualmente, por força do "Status" de exceção por que passa o País, pode ser qualificado com "pseudo", vez que, realmente, tal autonomia é fantasiosa e o Prefeito Municipal nada mais é que um servidor público de excepcional qualificação, cuja autoridade praticamente inexistente, é cerceada pelo bloqueio econômico que lhe é imposto pelo Estado e pelo Poder Central.

Em síntese, o município nada mais é que simples filial do Estado, obrigando-se a canalizar para os cofres do mesmo, a maior parte de suas rendas em troca de humilhantes migalhas que lhe são entregues em pomposas solenidades, onde o alcaide desponta como miserável esmoler, transformando-se ainda, nestas raras ocasiões, em verdadeiro churrasqueiro.

Na realidade, os prefeitos dos médios e pequenos municípios são em suma, meros gerentes das filiais arrecadoras do Estado, o qual, quase que como ato de compaixão, lhes ressarcem em pouco mais de cinco por cento do total usufruído nos ataques às suas minguadas bolsas.

Para comprovar a farsa dos festivais dos malfadados convênios continua, tiranizando, subjugando, exaurindo as finanças das comunas".

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Além dessa incompreensível e desgastante política imperialista exercida sobre os territórios municipais, é inadmissível a intromissão do Governo do Estado em decisões que não lhe compete, como nas recentes eleições da Federação Paranaense de Futebol, em cuja campanha, mensageiros palacianos movimentaram-se em verdadeira cruzada, doutrinando, amedrontando e até comprando presidentes de clubes e ligas.

E é por estar justificadamente revoltado com essa vergonhosa continuidade de descabros, que ocupo hoje esta tribuna, para alertar os Senhores Deputados, pedindo a atenção das duas bancadas, para o desenrolar de hedionda, mesquinha e rasteira campanha que vem sendo levada a efeito e que culminará com o empobrecimento do municipalismo paranaense, perante o qual, corará de vergonha o municipalismo brasileiro.

Denuncio pois, a natureza facciosa, discriminatória, alijadora, egoísta, vergonhosa enfim, da campanha já em andamento para eleição no próximo dia 14 da nova diretoria da Associação dos Municípios do Paraná, a AMP, até o momento presidida pelo Senhor Benedito Pinto Dias, ex-Prefeito do município de Paranavaí.

Esclareço de antemão aos inteligentes Deputados integrantes desta Casa, que a escolha da Diretoria Executiva da entidade já citada é realizada através de votação de seu Conselho Deliberativo, integrado por 2 representantes de cada micro-região paranaense num total de 16 que perfazem 32 votantes.

PASME-SE Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pasme-se Imprensa Paranaense, PASME-SE já embasbacado povo paranaense: NENHUM PREFEITO ELEITO PELO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, participará do processo de escolha para renovação da diretoria da Associação dos Municípios do Paraná, e, conseqüentemente, nenhum prefeito emedebista fará parte da direção da entidade de coordenação e representação dos municípios paranaenses, ESQUECIDOS estrategicamente que vêm sendo na preparação do pleito."

Resumida está a motivação da falência da estrutura econômica dos municípios.

Por outro lado, eis que se rescalda do empobrecimento político dos chefes dos Executivos municipais.

No processamento das eleições para escolha de Prefeito, evidencia-se através de voto secreto, a preferência do povo em torno do nome de determinado cidadão para representá-lo e dirigir os destinos da comunidade onde vive, onde trabalha, onde produz.

Mas esta liderança é posteriormente anulada pela desautorização que é imposta pelo sistema de eleições indiretas para "NOMEAÇÃO" do Governo do Estado, cujo nome é escolhido ao sabor dos ventos dominantes: da política estadual, onde grupos econômicos salientam-se e se impõem como representativos da voz popular não ouvida, como é o caso do feudo paranaense.

"CONSENSEADO" o nome, resta aos verdadeiros líderes municipais, os senhores prefeitos, justamente aqueles que submeteram seus nomes ao juízo e à análise de seus concidadãos, que participaram cívica e democraticamente de árdua campanha eleitoral - tirar o chapéu, pedir, implorar até, para que seu município conste do "caderno branco" do Senhor Governador, justamente aquele que nem falou ao povo e menos ainda, nem o ouviu, mas que, por um passe de mágica, foi guindado à condição de primeiro mandatário do Estado.

E aí do prefeito que cai na desgraça da antiátia de Sua Excelência, seu Município será sumariamente riscado do mapa.

É esta a situação do Paraná e de muitos Estados da Federação.

Mas mesmo os que são brindados com os olhares melhores do Grande Chefe obrigam-se a cansativas ginásticas para evitar um provável jugo governamental.

Constate-se que é público e notória a precária situação financeira da maioria dos municípios do Paraná.

Se cumpre lembrar então aos senhores donatários, que empobrecidos os feudos, fatalmente a capitania perecerá.

É UM ALERTA.

Para que não se repita a refrão vazio de que a Oposição sabe tão somente criticar, sugiro e apelo: Mais respeito e melhor observância aos ditames da soberania e da autonomia municipal; que sejam resguardados os direitos dos municípios, assim como lhes são impiedosamente cobrados seus deveres.

Porisso, em razão dessa torpe ativação para marginalização dos corajosos prefeitos do MDB do Paraná, eu sugiro e mesmo conclamo no sentido de que os mesmos ~~ignamem-se~~, congreguem-se e unidos fundem uma entidade de igual forma e que a mesma ostente título que evidencie seu caráter separatista.

Porque não ASSOCIAÇÃO DAS PREFEITURAS EMEDEBISTAS DO PARANÁ?

Antevejo com segurança, a proficuidade e a real valia dessa entidade, pois valores existem para dirigí-la e integrá-la com galhardia.

Espero que os Senhores Deputados, membros das duas bancadas, sintam neste meu posicionamento, um caráter contributivo que mesmo contestatório, é a afirmação de protesto contra a filosofia aniquiladora e contraproducente, infantil e negativista que norteia os homens que se auto-intitulam donos do Paraná.

Esquecem eles que os tributos arrecadados junto às prefeituras dirigidas pelos homens do MDB perfazem o "totum" colhido dentro da previsão orçamentária do Estado indispensável ao seu enriquecimento?

Esquecem ou ignoram eles que a receita do Estado, necessária para fazer frente às suas despesas, é colhida sob forma tributária de maneira igual em todas as fontes contribuintes?

Ou pensam eles que somente os arenistas pagam impostos?

Ou pensam eles ainda que o dinheiro emedebista é falso?

Advirto ainda aos ignorantes mentores dessa inqualificável e bestialógica campanha de alijamento ora encetada, que esta conclamação por mim agora lançada, deverá se consubstanciar, deverá tomar corpo e se solidificará.

Exemplos isolados mas respeitáveis aí estão: nosso admirável ex-colega, o senhor Luiz Carlos Zuk e também o promissor administrador do importante município de Telêmaco Borba, o senhor Hugo Von Graffen que solidário para com o prefeito de Ponta Grossa e num gesto de coerência para com sua própria comunidade, decidiram não mais integrar a entidade de representação das comunidades dos Campos Gerais, polarizadas pela Princesa dos Campos; também Londrina, por decisão corajosa do emérito ex-deputado federal e ex-deputado estadual, o dinâmico Antônio Belinatti, não mais é filiada à associação dos municípios da área do Paranapanema, e, recentemente também, o combativo Koite Dodo, prefeito do progressista município de Assis Chateaubriand manifestou disposição de desvinculação da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, a AMOP.

Falência das associações micro-regionais?

Não.

Apenas um reconhecimento da inoperância das mesmas.

Entidades arrecadoras de vultosas somas que representam violentas sangrias nos orçamentos municipais, sem conduzir a resultado nenhum.

É de se perguntar sobre a interferência do AMP no equacionamento de problemas que realmente envolvam interesses municipalistas.

É de se inquirir sobre a arrecadação da AMP e a destinação dada a sua receita.

Não estariam os senhores prefeitos até agora sendo vítimas de uma farsa, de um engodo?

Não estariam eles, inconscientemente contribuindo para a formação de um rico capital elitista, onde os beneficiários se auto-promovem financeira e politicamente?

Apelo então às consciências e às inteligências dos prefeitos emedebistas e arenistas verdadeiramente responsáveis para que se debrucem sobre a situação, para que analisem suas posições, para que revejam arquivos e documentos em busca de resultados.

Para que se pergunte: que fez realmente a AMP para o cumprimento de suas finalidades estatutárias?

Que fez realmente a AMP em prol do fortalecimento do municipalismo cujo nome por ela é invocado?

Por outro lado, é dever parabenizar os vereadores paranaenses, dignamente representados por uma entidade classista notável pelo seu trabalho.

É mister que se expresse congratulações endereçadas à ACAMPAR Associação das Câmaras Municipais do Paraná, em oportuno momento criada e cujas realizações tem recebido aplausos de todos os paranaenses e o reconhecimento inclusive, de entidades congêneres de outros estados..."

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo que lhe é reservado já esgotou e concede dois minutos para encerrar.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Muito obrigado.

"... além do registrado por expressivas autoridades estaduais e federais".

Realmente, a ACAMPAR, com mérito dirigida por um vereador arenista, mas cujo idealismo e retidão de caráter não tem permitido a intromissão de interesses outros que não aqueles voltados para a classe que indistintamente representada, a egrégia edilidade paranaense, vem conseguindo firmar-se como batalhador incansável na luta pela consolidação de suas metas, ou seja, o fortalecimento do municipalismo.

E prova incontestável dos sadios princípios de igualdade e democracia que reinam dentro da ACAMPAR é a presença de vereadores de ambos os partidos em sua direção.

Testemunhamos a ação democratizante da ACAMPAR, quando a mesma convidou para seu Congresso realizado no balneário de Caiobá, os presidentes nacionais dos dois partidos, Ulisses e o Francelino, além da presença marcante do palestrista Sílvio Barros, então prefeito de nossa Maringá.

E já nos dias 5 e 6 de maio esta entidade presidida pelo reconhecido municipalista, o vereador Geraldo Cartário Ribeiro, da Câmara do município de Mandirituba, promoverá congresso de líderes de bancadas, ao qual estarão presentes os inteligentes parlamentares Alencar Furtado e José Bonifácio.

Também ao Congresso realizado há poucos anos, na cidade de Manaus, a caravana representativa da ACAMPAR era integrada harmoniosamente por arenistas e emedebistas.

E se conhece o trabalho da ACAMPAR na defesa dos interesses associados, ressaltando-se a vitória conseguida com a remuneração de nossos vereadores.

Eis o porquê da incompreensão da discriminação ora em tela, com nojento posicionamento para marginalização dos municípios dirigidos por prefeitos do MDB, extirpando-os do seio da AMP.

Porventura teve a AMP que os mesmos possam revolucioná-la, exigindo dela o cumprimento de suas finalidades até agora ignoradas?

Reitero, pois, apelo à sensatez dos srs. prefeitos arenistas, os verdadeiramente responsáveis pelos seus atos perante a comunidade representada, para que reflitam com cautela e examinem detalhadamente o posicionamento da AMP dentro do contexto municipalista.

Tem esta entidade dito para o que veio?

Às vésperas da eleição de sua nova Diretoria Executiva já se pressupõe, pelo que se prega, a continuidade da deterioração desta associação.

Sejam pois, cuidadosos os senhores prefeitos paranaenses e atentos para com as dificuldades iniciais no cumprimento de seus mandatos.

Muito lhes será exigido, pouco lhes será oferecido."

O diploma promove, mas é de efêmera duração e por isso não pode haver negativo comprometimento com a própria consciência.

Mais ao alto, o respeito para com a própria família, a dignificação do voto recebido.

O merecimento à confiança popular já empenhada.

Os anseios, as aspirações dos milhares de habitantes cujos destinos gravitam em torno das decisões dos senhores prefeitos.

É momento de reivindicar, de exigir.

É momento de se pregar união.

A coexistência pacífica dos senhores prefeitos irmanados em torno de justos ideais, é vital para o progresso de toda uma região, de todo um Estado, da Nação.

A persistir esta política divisionista, apregoada por mentes obtusas, doentias e maquiavélicas, de arautos do Palácio Iguaçu, pode se considerar DECRETADA a falência do municipalismo paranaense, com reflexos dos mais negativos, em todo o território brasileiro.

É de se conchamar ainda, para que os senhores prefeitos exijam maior participação no gordo e açucarado bolo da arrecadação do Estado com a sugestão que o façam isoladamente, pois a se esperar ação da AMP nesse sentido, os efeitos lhes poderão ser adversos.

É hora de se recusar as migalhas que se esfrelam pelas bordas e se partir para as largas fatias, pois para a confecção do mesmo, todos participam proporcionalmente com encargos iguais, não se desdenhando nem a presença do município de mais baixa renda, nem se aplaudindo o chegar de contribuição mais rica, entregue pelas mãos de município de produção mais expressiva.

É o Estado que enriquece às custas do empobrecimento, do endividamento e da conseqüente falência até dos municípios que o integram.

Finalmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, repito: como resposta à movimentação do isolamento dos municípios emedebistas, por parte de um prestes a ser fundado, clube fechado de prefeitos arenistas, fica minha proposição: QUE O DIRETÓRIO REGIONAL

DE MEU PARTIDO, O MDB, ATIVE-SE NA TAREFA DE ORGANIZAÇÃO E FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PREFEITOS DO MDB DO PARANÁ, e para isso apresento o seguinte requerimento, secundado por outro, cujo teor expressa minha admiração por entidade que deveria servir de espelho para a AMP".

Sr. Presidente, nosso pronunciamento é a justificativa de dois requerimentos que hoje submetemos à apreciação deste Plenário.

O primeiro requerimento, envio de expediente ao Sr. Francisco Scalco, Presidente do Diretório Regional do MDB, propondo ao mesmo tempo que sejam efetuadas gestões no sentido de criação de Entidade de Representação e Coordenação das Prefeituras de municípios paranaenses, cujos titulares foram eleitos pelo MDB, com automática desvinculação da atual ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, com sede em Curitiba.

Outro requer o envio de ofício à ACAMPAR, contendo voto de congratulações pelo desenvolvimento de profícuas realizações e, pról do municipalismo paranaense.

O SR. GILBERTO CARVALHO - V. Exa. permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRANGELO - Lamentavelmente não há tempo para o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) - A Presidência consulta o Deputado líder da ARENA, Luiz Roberto Soares, se deseja ocupar a tribuna.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES, Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. - APOIADO. - Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente.

Necessita de apoio. - APOIADO. - Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ORDEM DO DIA conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

PRIMEIRA DISCUSSÃO: - do projeto de Lei 41/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS MERCÊS, com sede e foro nesta capital. - Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. - APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 41/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. primeiro - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto Nossa Senhora das Mercês, com sede nesta Capital.

Artigo segundo - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

- A entidade que objetivamos seja declarada de utilidade pública

possui personalidade jurídica própria, estando regularmente registrada no 2º Ofício de Registros de Títulos e Documentos, desta Capital.

Trata-se de entidade que presta relevantes serviços à comunidade congregada no Instituto Nossa Senhora das Mercês, visando acima de tudo a aproximação mais íntima entre Educandos, Pais e Professores para mútuo aperfeiçoamento visando a formação dos educandos como seres úteis e produtivos da sociedade.

Dáí o presente plano de lei que oferecemos à elevada consideração de nossos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 41/76

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente Projeto de Lei número 41/76, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto Nossa Senhora das Mercês, com sede nesta Capital.

Analizando-se o processo através da sua justificativa e documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto de declaração de utilidade pública.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO – Presidente

GILBERTO CARVALHO – Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da Tribuna, solicitando providências da Comissão Executiva desta Casa, com referência aos funcionários da mesma, que se encontram afastados do serviço e continuam recebendo os vencimentos. – **A Comissão Executiva.**

O SR. ENÉAS FARIA – (Pela ordem). – Apenas, Sr. Presidente, até mesmo abusando de V. Exa. com referência ao pedido de informações do Sr. Deputado Lúcio Machado...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Esta Presidência, respondendo a V. Exa. informa que o Sr. Lúcio Machado, no corpo do seu requerimento, solicita e encarece providências da Comissão Executiva, razão pela qual a Presidência despacha à Comissão Executiva.

O SR. ENÉAS FARIA – Eu tenho para mim que o requerimento de S. Exa., posso não estar bem informado, não tem apenas esclarecimentos mas, tenho para mim que deveria ser uma manifestação desta Casa. Todavia, tendo V. Exa. acolhido e creditando a V. Exa. a confiança que merece, a Comissão Executiva dará a V. Exa. conhecimento das indagações formuladas pelo Deputado.

Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Esta Presidência não pode cercar o direito a qualquer Deputado de indagar sobre assunto que entender da Tribuna deste Plenário, durante as sessões.

Todavia, não abre mão da prerrogativa de, zelando pela administração do Poder, atribuir-se a responsabilidade de apurar as denúncias e adotar as providências que considerar necessárias.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, constante do expediente, encaminhando a relação dos Srs. Deputados que passarão a compor a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa. – **Ao Departamento Legislativo - Divisão de Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Giordano Dal Bianco. – **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Maurílio Ribeiro Freire, ocorrido na cidade de Jaboti. – **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Rodrigo Rizental Rodrigues. – **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Wilson

Baggio, pela reeleição para Junta Consultiva do IBC. – **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, atendendo solicitação dos Srs. Prefeitos da CONCAM, no sentido de que determine melhor conservação na Rodovia da Hortelã. – **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Professora Zélia Milleo Pavão, pela sua merecida recondução à direção do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. – **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à COPEL, no sentido de que sejam tomadas providências necessárias para a padronização da rede de energia elétrica do município de Porto Amazonas. – **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, tendo tomado conhecimento de que colégios de 1º e 2º Grau, da rede de ensino particular e oficial do Estado, vêm cobrando taxas e efetuando vendas de apostilas para estudantes, solicita seja encaminhado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, fotocópia, sobre deliberação do Conselho Federal de Educação, solicitando que sejam tomadas as medidas necessárias para sanar tais irregularidades. – **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, manifestando a solidariedade deste Poder Legislativo, à posição que vem de ser tomada pelo governo brasileiro, referente a recusa da ajuda militar norte-americana. – **Em discussão.**

O SR. TRAJANO BASTOS – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o artigo publicado na "Gazeta da Justiça", sob o título: "Em um mês, o Desembargador Ariel Amaral já modificou o panorama judiciário." – **APROVADO. – (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Diretório Regional do MDB, propondo ao mesmo que sejam efetuadas gestões no sentido de criação de entidade de representação e coordenação das prefeituras de municípios paranaenses, cujos titulares foram eleitos pelo MDB, com automática desvinculação da atual AMP, com sede nesta Capital. – **Em discussão.**

A Presidência consulta se o eminente Deputado deseja alterar a redação do requerimento, que, segundo consta, o nome de S. Exa. é Euclides Scalco.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Exato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – A Presidência determina que se faça a correção. – **Em discussão o requerimento de S. Exa., Deputado Valter Pietrângelo.**

O SR. GILBERTO CARVALHO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Para discutir adia-se a sua discussão e votação para a sessão ordinária de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à presidência da ACAMPAR, pelo desenvolvimento de profícuas realizações em prol do municipalismo paranaense. – **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada na forma do art. 150 do Regimento Interno, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam iniciados os trabalhos de pavimentação asfáltica da rodovia que liga Bom Sucesso a Jandáia do Sul. – **Em discussão.**

O SR. GILBERTO CARVALHO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

A Presidência deseja registrar, com muita honra, a presença neste Plenário dos Srs. Deputados Federais da ARENA, Ari Kfourri e Joaquim

dos Santos Filho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Pedi para discutir este requerimento encaminhado pelo eminente Deputado Antônio Facci, com referência ao trecho de Estrada Jandaia do Sul e Bom Sucesso, esclarecendo que já consta na programação do Governo do Estado o trecho de estrada Bom Sucesso a Porto São João, onde se encontra concluída a construção da ponte sobre o rio Ivaí, indo ligar a estrada 272, Placa-Luar, São João do Ivaí, Fênix, Quinta do Sol, Engenheiro Beltrão, Terra Boa e Cianorte.

O trecho Jandaia do Sul a Bom Sucesso não foi incluído no plano, porque aquele trecho de estrada faz parte da BR-369, uma estrada federal e que está no plano do Governo Federal.

Mas, levando ao conhecimento do Sr. Governador a preocupação dos moradores daquela região, principalmente dos municípios que vêm ligar a Bom Sucesso, como sendo São Pedro do Ivaí, Bom Sucesso, Fênix, São João do Ivaí e que, segundo consta houve um corte na execução de obras do plano federal neste ano, a preocupação é que seja concluído aquele trecho de Bom Sucesso ligando S. Pedro do Ivaí sobre a Ponte São João do Ivaí, e que ficasse aquela população, desprovida de um trecho de 25 quilômetros.

Pessoalmente, S. Exa. o Sr. Governador do Estado, também em contato com o Sr. Secretário dos Transportes, confirmou que será executado naquele trecho de Bom Sucesso - Jandaia do Sul, uma pavimentação de baixo custo, evitando gastar vultosas somas, quando está programada a execução da BR-369.

Mas será executado pelo Governo do Estado este trecho, com um asfalto de baixo custo, que visa atender, numa emergência, a população da região do Vale do Ivaí.

Assim como nós tivemos oportunidade de ouvir agora há pouco, um requerimento em que pedia a ligação de Engenheiro Beltrão, Quinta do Sol e Barbosa Ferraz, nas mesmas condições, informo que o trecho de Barbosa Ferraz — Quinta do Sol, está aguardando a solução da 272. E não entrando no plano, também será executado naquele trecho, o asfalto de baixo custo para atender de imediato a população de Barbosa Ferraz.

Por este motivo, Sr. Presidente, não poderemos discordar do eminente Deputado, porque é aquilo que nós pretendemos, é aquilo que pretende a nossa região do Vale do Ivaí, a execução deste trecho de estrada, Bom Sucesso - Jandaia do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o requerimento. — Em votação. — APROVADO.

A Presidência encarece aos Srs. Deputados Líderes do MDB e ARENA, a indicação dos nomes para compor as Comissões Técnicas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 08, terça-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 41/76.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO, EM SESSÃO REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1977.

“Em um mês, Des. Ariel Amaral já modificou o panorama judiciário

O primeiro mês de atividades do desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva como presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, negativamente, já serviu para caracterizar o dinamismo e elevado espírito daquele ilustre magistrado, que está utilizando de todo instrumental necessário para enfrentar o processo de saturação judiciária.

Cumprindo o pronunciamento feito para esta página, quando foi eleito, o presidente Ariel Amaral está aplicando as normas do Código de Organização e Divisão Judiciárias, especialmente no que concerne a concursos para juízes, instalações de novas varas e comarcas, concursos para pessoal administrativo, bem como, o preenchimento dos cargos de juízes substitutos da Capital, em número de dezessete.

OS NOVOS JUÍZES

A Capital, que contava apenas com seis juízes substitutos — José

Carlos Dantas Pimentel, Ivo Valente Fortes, Antônio Carlos Schiebel, Gil Trotta Telles, Edumar Pires e Sérgio Mattioli (afastado do cargo há mais de um ano) — já possui mais seis, que foram promovidos semana finda, por decreto governamental, observando o critério de antiguidade.

Os novos substitutos de primeira instância são: Alfredo Augusto Malucelli, de Nova Esperança; Ronaldt Grollmann, de Ponta Grossa; Ewaldo Adolpho Seeling, de Foz do Iguaçu; Camilo de Andrade Nepomuceno, de Paranavaí; Antônio Gomes da Silva, de Londrina; Darci Nasser de Mello, de Jacarezinho.

Atendendo ao critério de merecimento e como remanescente da extinta quarta entrância, hoje deve ser baixado o decreto de promoção dos juízes Octavio Cesar Valeixo, de Telêmaco Borba; Ciro Maurício Crema, de Maringá. E para completar os dezessete cargos, ainda por merecimento, o governador Jayme Canet Júnior, amanhã, deverá promover mais três juízes que compõem as três listas tríplices, integradas por Francisco de Paula Xavier Neto, de Maringá; Moacir Guimarães, de Ponta Grossa; Tadeu Marino Loyola Costa, de Ponta Grossa; Accácio Cambi, de Apucarana; Jamil Lourenço, de Cascavel; Newton Álvaro da Luz, de Londrina; Ruy Fernando de Oliveira, de Paranaguá; Hélio Enor Engelhardt, de Cascavel; Conchita Toniollo, de Rio Negro.

Logo, com o preenchimento das onze varas de substituição, efetivamente, somadas às atuais, a crescente demanda de litígios em nossa Capital, será melhor atendida. A solenidade de posse dos novos juízes substitutos está marcada para a próxima quinta-feira, dia 10 de março, às 10 horas, no Palácio da Justiça.

AS NOVAS VARAS

Enquanto a maior preocupação do presidente Ariel Amaral é assistir as nova varas cíveis, que carreiam o maior número de processos, dando mais juízes para acelerar os serviços judiciários, foram designadas as datas de 21 e 22 do corrente mês para a instalação da vara de família e menores de Pato Branco e da vara criminal e de família de Laranjeiras do Sul.

Também, o chefe do Judiciário paranaense mandou providenciar com urgência, os provimentos dos cargos de servidores da 2ª vara cível, 2ª vara criminal e vara de menores e família de Campo Mourão; da 4ª e 5ª varas cíveis e da 3ª e 4ª varas criminais de Londrina; da vara cível e de menores e família de Laranjeiras do Sul; da vara de menores e família de Pato Branco.

Foi igualmente, providenciado concurso para preenchimento de cargos da secretaria do Tribunal de Justiça, pois há vagas para auxiliar técnico, auxiliar administrativo, assessor técnico, auxiliar jurídico e contador. Além disso, dentro de trinta dias, será realizado o concurso para juiz adjunto, na finalidade de maior assistência às comarcas do interior do Estado.

O NOVO COLABORADOR

Porque ainda na impossibilidade de dar às novas varas cíveis e criminais de Curitiba, simplesmente em razão de falta de espaço físico apropriado, desde que é necessário área mínima de 300 metros quadrados, o desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, pela portaria 263, de 24 de fevereiro último, designou o doutor Negi Calixto, juiz de direito da vara das execuções penais e corregedoria dos presídios desta Capital, para, sem prejuízo de suas atribuições, colaborar com a presidência, em caráter excepcional, na fixação das atribuições e distribuição dos processos aos juízes de direito substitutos de primeira instância, na forma do artigo 253 parágrafos 1º e 2º, combinando com o parágrafo único do artigo 266, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Os aludidos artigos da norma organizacional dizem o seguinte: art. 233 — As comarcas e varas poderão ser declaradas de regime de exceção, em casos especiais ou por acúmulo de trabalho, por ato do Conselho Superior da Magistratura, ouvido o Corregedor Geral, quando não for o proponente da medida. Parágrafo único. O presidente do Tribunal de Justiça designará o juiz ou juízes para exercerem, cumulativamente com o titular, a jurisdição da comarca ou vara, fixando as atribuições e distribuição dos processos.

Por sua vez, estabelece o art. 253 e parágrafos. Quando não estiverem no exercício de substituição, os magistrados referidos no artigo anterior deverão auxiliar os juízes de direito. Parágrafo primeiro — O Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Corregedor Geral, baixará o ato de

designação, indicando: I — o juízo ou juízos em que será prestado o auxílio; II — a forma de distribuição dos processos, quanto ao número e distinção da matéria. 2º — Será fixado o prazo para o exercício dessa função auxiliar, prorrogável, segundo a conveniência ou necessidade dos serviços.

Ademais, o art. 252 determina: Aos juízes de direitos substitutos, de 1ª instância incumbe: I — atender aos pedidos de “habeas corpus” e requisitórias urgentes de prisão preventiva, bem como conhecer das prisões em flagrante, mediante escala de plantão organizada pela Corregedoria Geral da Justiça; II — auxiliar os juízes de direito das varas da seção judiciária da qual são titulares, ou os de outras seções.

Nestas condições, o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo juiz Negi Calixto, desde a semana passada, está totalmente voltado ao acúmulo de serviço verificado em todas as varas cíveis e criminais desta capital e que, para grande satisfação dos advogados militantes e das partes litigantes, poderá estar solucionado em breve.

Des. Ariel Amaral, um presidente dinâmico.

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 69/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar a pedido, os Decretos Legislativos números 55/77, de 06 de fevereiro de 1975 e 84/75, de 26 de fevereiro de 1975, na parte a que se referem aos funcionários JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, CLOVIS STADLER DE SOUZA e PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS, todos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 04 de março de 1977.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 07 de março de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 70/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

prover, em comissão, o funcionário FAUSTO LUIZ ABRY, matrícula número 555, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 04 de março de 1977, no cargo de Diretor Geral, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 07 de março de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 71/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

prover, em comissão, o funcionário PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS, matrícula número 403, ocupante do cargo de nível PL “27”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secre-

taria desta Assembléia, a partir de 04 de março de 1977, no cargo de Diretor do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 07 de março de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 72/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo número 55/75, de 06 de fevereiro de 1975, na parte que se refere ao funcionário JOSÉ JOAQUIM, matrícula número 598, ocupante do Cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, a partir de 04 de março de 1977.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 07 de março de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 73/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

prover, em comissão, o funcionário CLOVIS STADLER DE SOUZA, matrícula número 023, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 04 de março de 1977, no cargo de Diretor do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 07 de março de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

PORTARIA NÚMERO 64/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 819, de 17 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a OCIREMA STAMM BELLÉ, matrícula número 440, ocupante do cargo de nível PL “26”, da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de primeiro de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de março de 1977.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 65/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA AS-

SEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 891, de 24 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar para a partir de primeiro de março de 1977, as férias concedidas pela Portaria número 637/76, de 21 de dezembro de 1976, ao funcionário MERCHID BELICH FILHO, matrícula número 267, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de março de 1977.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 66/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 890, de 24 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a ANTÔNIO LEANDRO, matrícula número 233, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de primeiro de março do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de março de 1977

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 67/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 951, de 25 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria número 240/76, de 10 de maio de 1976, a partir de 28 de fevereiro de 1977;

II — designar o funcionário IVO MACHADO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança do M.D.B., junto ao Gabinete do Deputado ENÉAS FARIA, até 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de março de 1977.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 68/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 883, de 24 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário JOÃO MARIA CORREIA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, até 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de março de 1977.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral.